

Paloma Amorim da C. Rosa

CRITÉRIOS DE LEGITIMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO IMPOSTO SELETIVO

Uma análise à luz
da proteção ao
meio ambiente

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	VII
Introdução	1
1 Evolução Histórica da Defesa do Meio Ambiente na Constituição Federal.....	9
1.1 Evolução do contexto constitucional brasileiro.....	9
1.2 A defesa do meio ambiente como parte do sistema tributário nacional.....	25
1.3 A defesa do meio ambiente como princípio constitucional expreso: um novo capítulo dessa história	32
2 O Novo Imposto Seletivo.....	41
2.1 Histórico da criação do IS na Constituição Federal	42
1.3.1 Primeiras formulações (PEC 45/2019 e PEC 110/2019)	42
1.3.2 Consolidação do texto proposto (PEC 45/2019 e PEC 110/2019).....	43
1.3.3 Debate parlamentar e justificativas do Imposto Seletivo	45
2.2 A Extrafiscalidade do Imposto Seletivo como premissa metodológica.....	52
2.3. Os efeitos do Imposto Seletivo como tributo extrafiscal.....	53
2.3.1 A instrumentalidade da tributação	53
2.3.2 A dificuldade e fundamentalidade do controle dos efeitos gerados.....	58

2.3.2.1 Os mecanismos de controle propostos pelo PLP nº 29/2024	63
2.4 O controle das normas tributárias indutoras pelo Poder Judiciário	66
3 A Instituição do Imposto Seletivo Por Meio da LC 214/2025	73
3.1 O histórico legislativo da instituição do Imposto Seletivo.....	73
3.2 Os limites do legislador infraconstitucional.....	77
3.2.1 A norma de competência como fundamento de validade da norma de incidência	77
3.2.2 A indeterminação e mutação dos conceitos constitucionais tributários	81
3.2.3 A mutação conceitual à luz da reforma tributária	87
3.2.4 Os limites do fenômeno da mutação conceitual.....	89
3.3 A validade dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 214/2025	92
3.3.1 O Imposto Seletivo na LC nº 214/2025.....	92
3.3.2 Critérios de natureza estrutural trazidos pela LC 214/2025.....	96
3.3.3 Critérios de vinculação finalística trazidos pela LC 214/2025.....	103
3.3.3.1 1º Critério de Validade: Incidência Seletiva	104
3.3.3.2 2º Critério de Validade: Gradação da Seletividade (Grave e Especial Prejuízo)	108
3.3.3.3 3º Critério de Validade: Notoriedade e Indisputabilidade do caráter prejudicial.....	116
3.3.3.4 4º Critério de Validade: Eficácia da Incidência	124
3.3.3.5 5º Critério de Validade: Reavaliação Periódica	127
3.3.4 A Propositura de novos critérios.....	129

3.3.4.1 6º Critério de Validade: Pertinência temática dos parâmetros de gradação de alíquotas	131
3.3.4.2 7º Critério de Validade: Gradação de alíquotas conforme o caráter prejudicial	140
3.3.5 Os vícios que contaminam a validade dos critérios previstos pela LC 214/2025	141
Conclusão	145
Referências	151